

Policiais de UPPs sentem-se hostilizados por moradores, mostra pesquisa

Terceira rodada da pesquisa realizada desde 2010 pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (CESeC/UCAM) será lançada no dia 6 de outubro, no Rio. Percepção de rejeição às UPPs aumentou, assim como as ações típicas do policiamento convencional em comunidades

Abordagem e revista de suspeitos, registros de ocorrências em delegacias, apreensões de drogas e armas, prisões e confrontos com traficantes. Cada vez mais comuns nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), essas ações demonstram que o projeto – criado para mudar o paradigma no policiamento em favelas, sobretudo no que diz respeito à proximidade e interação com moradores - se aproxima cada vez mais do *modus operandi* convencional da Polícia Militar.

A conclusão, baseada em pesquisa realizada em 2014 com 2.002 cabos e soldados em 36 UPPs do Rio de Janeiro, levanta dúvidas sobre os rumos do projeto implantado em fins de 2008.

“Percebemos uma nítida mudança em relação à primeira pesquisa, realizada em 2010, quando havia uma expectativa muito grande em relação às UPPs”, explica Leonarda Musumeci, uma das coordenadoras da pesquisa. “O resultado desta terceira rodada aponta para uma certa deterioração da proposta inicial do projeto e gera uma série de inquietações e dúvidas sobre o seu futuro”.

Um dos dados que mais chamam a atenção na pesquisa é a percepção dos policiais de que hoje é grande a hostilidade dos moradores em relação às UPPs, afetando diretamente soldados e cabos que fazem o policiamento nas favelas.

Quase 56% dos entrevistados dizem ter sido alvo de objetos atirados contra eles por pessoas da comunidade, enquanto cerca de 66% declararam ter recebido xingamentos e 62% relataram não obter respostas dos moradores quando os cumprimentam.

De acordo com os policiais, essas atitudes expressam sentimentos negativos dos moradores em relação a eles (raiva, desconfiança, medo, aversão, desrespeito, desprezo etc). Para 28% dos entrevistados, esta seria a pior coisa de se trabalhar em UPPs, seguida de condições de trabalho ruins (18,5%) e insegurança e riscos de confronto (17,6%).

O percentual de agentes ouvidos que relatam a percepção de sentimentos positivos dos moradores em relação às UPPs diminuiu de 43,7% (em 2012) para 23,8% (em 2014). Vale ressaltar que, em 2010, quando foi feita a primeira rodada da pesquisa, essa parcela era de 66,5%.

Essa percepção dos policiais é seguida de uma queda na avaliação positiva dos próprios profissionais em relação às UPPs: em 2012, 60,2% dos entrevistados fizeram uma avaliação positiva da iniciativa. Em 2014, o percentual caiu para 41,3%. Ao mesmo tempo, os policiais que se declaram satisfeitos, a maior parte do tempo, em trabalhar em UPPs caiu de 46,2% em 2012 para 28,3% na terceira rodada da pesquisa.

Os motivos da queda na avaliação são variados, mas as condições de trabalho estão no topo das preocupações dos policiais: apenas 31,9% consideram boas as condições da sede da UPP; 30,9% acham a escala de trabalho adequada; 21,5%, aprovam o salário; 18,6% o local e as condições de alimentação; 16,1% a assistência psicológica; 15,6%, os dormitórios e 2,7%, o auxílio-transporte.

Distanciamento da comunidade

Atividades típicas do policiamento de proximidade – um dos pilares da proposta inicial das UPPs – não fazem parte da rotina de grande parte dos soldados e cabos que trabalham em comunidades pacificadas.

Apenas 26% declaram desenvolver, com muita frequência, alguma prática de aproximação com a população local, enquanto 14% dizem fazer mediação de conflitos e apenas 5,3% se reúnem de forma mais sistemática com moradores. No entanto, outros 36,7% dos policiais declaram fazer, ainda que com pouca frequência, alguma aproximação com a comunidade e 35,4% fazem vez por outra mediação de conflitos. Também são baixos os percentuais dos que afirmam manter contato com instituições atuantes no território da UPP, como associação de moradores (30,3%), igrejas (18,3%), ONGs (8,1%) e imprensa comunitária (4,5%).

Ao mesmo tempo, 56,4% dos policiais declararam abordar e revistar suspeitos frequentemente nas comunidades, enquanto 32,3% registram ocorrências em delegacias e 29% fazem prisões e apreensões com frequência.

“É, sem dúvida, uma demonstração de fragilidade no policiamento comunitário enquanto há um reforço de práticas convencionais, utilizadas em contextos fora das UPPs. Isso nos faz questionar se elas se transformaram em uma polícia de ocupação em vez de uma polícia de proximidade”, questiona Silvia Ramos, coordenadora da pesquisa ao lado de Bárbara Musumeci Mourão e Leonarda Musumeci.

Treinamento mais eficaz e intensivo em policiamento de proximidade, com canais permanentes de diálogo com a população e mediação de conflitos são algumas das iniciativas que poderiam ser adotadas para reverter o quadro levantado pela pesquisa, aponta Silvia Ramos.

Sobre a pesquisa

Realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Candido Mendes, com o apoio da Open Society Foundations e da Ford Foundation, a pesquisa “UPP: O que pensam os policiais” captou em três rodadas realizadas até agora, diferentes momentos do processo de implantação das UPPs em favelas cariocas.

Em 2010, quando existiam nove UPPs, foram ouvidos 359 policiais. Em 2012, entrevistaram-se 775 policiais nas 20 UPPs então implantadas. Na terceira rodada, em 2014, havia 36 unidades em funcionamento e a amostra foi de 2.002 policiais (1.896 soldados e 106 cabos). Em todas as três rodadas, as amostras representam o conjunto dos policiais das UPPs, mas não os de cada UPP individualmente. A margem de erro dos resultados é de 4%.

Realização



Apoio



FORDFOUNDATION

Na Linha de Frente das Mudanças Sociais